



**ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS**



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ACTA NÚMERO 28/X/ 3.ª SL

Aos 29 dias do mês de Abril de 2008, pelas 17:30 horas, reuniu a Comissão de Assuntos Europeus, na Sala nove do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Expediente;
2. Proposta de Resolução nº 75/X/GOV - Aprova a decisão do Conselho, de 7 de Junho de 2007, relativa ao sistema de recursos próprios das Comunidades Europeias (decisão 2007/436/CE. EUROTOM) - Nomeação de Relator na CAE;
3. Relatório do Governo sobre o acompanhamento da participação de Portugal na União Europeia, relativo ao ano de 2007- Nomeação de Relator na CAE;
4. Estratégia Política Anual da Comissão Europeia para 2009 - COM (2008) 72 Final - Nomeação de Relator na CAE;
5. Apresentação, apreciação e votação de Pareceres da CAE elaborados no âmbito do processo de escrutínio das Iniciativas da Comissão Europeia: - COM (2007) 466 - "Proposta de Decisão do Conselho que cria uma Rede Europeia das Migrações (SEC -2007- 1062)" Deputada Relatora na CAE: Maria de Lurdes Ruivo (PS) - COM (2007) 375 - "Parecer sobre o Relatório de avaliação intercalar do programa «Erasmus Mundus» 2004-2008 da Comissão ao Conselho, ao Parlamento Europeu, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões".Deputada Relatora na CAE: Isabel Vigia (PS) - COM (2007) 395 e SEC (2007) 949 e 950 - "Parecer sobre a Proposta de Decisão do Parlamento Europeu e do Conselho que estabelece um programa de acção para o esforço da qualidade do ensino superior e a promoção da compreensão intercultural, através da cooperação com países terceiros (Erasmus Mundus) 2009-2013".Deputada Relatora na CAE: Isabel Vigia (PS)
6. Distribuição de oito Relatórios/Pareceres das Comissões especializadas permanentes sobre o acompanhamento das iniciativas da Comissão Europeia;
7. Apreciação e votação do Relatório da Audiência sobre o projecto "Navio do Desafio Europeu";
8. Distribuição de Actas.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

1. Expediente

O Senhor Presidente iniciou os trabalhos, comunicando que seria necessário fazer uma foto com todos os membros da Comissão (efectivos e suplentes), para inserção no novo site da AR, encontrando-se a sessão fotográfica agendada para o dia seguinte às 15.00h.

De seguida, o Senhor Presidente recordou a realização da XXXIX COSAC em Bled, na Eslovénia, a 7 e 8 de Maio e enunciou os temas aí em agenda, a saber: Apresentação do 9.º Relatório Bianual COSAC; A Presidência Eslovena e o Futuro da Europa; Cooperação entre a UE e os Países dos Balcãs Ocidentais em matéria de Assuntos Internos; Conclusões e Contributos da XXXIX COSAC; Atingir os objectivos da Estratégia de Lisboa.

Acrescentou que seria desejável que os membros da Delegação pudessem reflectir sobre qual dos temas desejavam intervir, não para efeitos de limitação das intervenções no debate (que eram livres, apenas condicionadas ao tempo disponível), mas para garantir uma participação efectiva da Delegação portuguesa.

Terminadas as comunicações do Presidente e antes da continuação da reunião, alguns Senhores Deputados pretenderam colocar algumas questões prévias à Ordem do Dia, a saber:

1- O Senhor Deputado Jacinto Serrão (PS) indagou sobre o procedimento a seguir para consultar os órgãos de governo próprios das Regiões Autónomas no âmbito do processo de escrutínio das iniciativas europeias. Acrescentou ainda que tal consulta não era feita de forma sistemática.

O Senhor Presidente explicou que, embora a Lei 43/2006 de 25 de Agosto "Lei de Acompanhamento, apreciação e pronúncia pela Assembleia da República no âmbito do processo de construção da União Europeia" previsse a consulta às Assembleias Legislativas das Regiões Autónomas, no contexto da análise da conformidade do princípio da subsidiariedade, não previa um procedimento específico para a referida consulta. Assim, teria de se aplicar supletivamente o disposto no Regimento da AR para as iniciativas legislativas (art.º142.º), que dispõe que a competência para a referida consulta é do Presidente da Assembleia.

Neste contexto, o Senhor Presidente sugeriu que, quando estivesse em causa o escrutínio do princípio da subsidiariedade, o Relator, quando considerasse conveniente, colocasse a



**ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS**

referida consulta à consideração da CAE, para se oficiar o Senhor Presidente da Assembleia da República nesse sentido.

Igualmente a propósito do processo de escrutínio, interveio a Senhora Deputada Isabel Pires de Lima (PS), que pretendeu saber se existia algum prazo limite para a elaboração dos Relatórios/Pareceres.

O Senhor Presidente referiu que não havia nenhum prazo obrigatório, pelo menos enquanto não entrasse em vigor o Tratado de Lisboa. Referiu, no entanto, que se poderia adoptar o prazo de 30 dias estabelecido no Regimento para as iniciativas legislativas (art.º 136º, n.º 1).

Acrescentou ainda que, quando o acto preparatório se transformasse em acto final, os Relatórios deixariam de fazer sentido. Solicitou ainda aos serviços que, como vem sendo hábito, avisassem os Relatores sempre que os processos legislativos europeus (em escrutínio na AR) atingissem o seu termo.

Ainda no âmbito deste ponto prévio, a Senhora Deputada Maria Manuel Oliveira (PS) colocou à consideração da CAE a qualidade dos relatórios da CAE, muitas vezes “uma mera cópia e síntese dos relatórios das comissões especializadas permanentes”. A este propósito, o Senhor Presidente referiu que, na maioria dos casos, as comissões especializadas permanentes faziam uma boa análise da iniciativa, pelo que não se justificava a CAE repetir a análise. Terminou, realçando que o aprofundamento das matérias ficaria ao critério do Relator, a ponderar caso a caso.

2- Um outro tema debatido nesta fase foi introduzida pelo Senhor Deputado Mário David (PSD) que, lembrando a aprovação parlamentar do Tratado de Lisboa a 23 de Abril, propôs que se continuasse a reflectir sobre o seu conteúdo, levando o debate a outros pontos do país.

Em resposta, o Senhor Presidente lembrou que, inicialmente, se havia previsto a realização de conferências sobre o Tratado de Lisboa, também nos Açores e na Madeira. Acrescentou que essa ideia ainda poderia ser retomada, devendo-se reflectir sobre o formato das referidas conferências, nomeadamente quanto à participação das Assembleias Legislativas das Regiões Autónomas.

Acrescentou que a CAE tinha agora uma outra matéria em análise - o problema dos recursos próprios da Comunidade - que iria igualmente exigir a realização de audições.



**ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS**

Prossiguiu, lembrando que seria necessário relançar o programa de actividades, nomeadamente no que concerne às deslocações ao exterior, havendo três hipóteses a considerar: visitar os países com estatuto de adesão (nomeadamente a Croácia e a Turquia), uma visita a Chipre e Malta, na sequência de convites recebidos ou uma deslocação à Rússia.

A este propósito, o Senhor Deputado Honório Novo (PCP) referiu que as deslocações se deveriam manter no âmbito das competências da CAE, com o cuidado de não interferir com as competências da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas (CNECP).

O Senhor Deputado Mário David (PSD) concordou, sublinhando que a deslocação aos países candidatos seria mais adequada do que à Rússia.

Já o senhor Deputado Nuno Magalhães (CDS-PP) discordou das opiniões expressas, sublinhando que a Rússia era fundamental para a UE. Acrescentou que não via qualquer motivo para colisão de competências com a CNECP, sendo que um entendimento restritivo das competências da CAE poderia conduzir à conclusão de que tudo seria Negócios Estrangeiros, ou seja, a um entendimento obviamente errado.

O Senhor Presidente encerrou o debate, referindo que se marcaria, para uma próxima reunião, um debate sobre o programa de actividades da CAE.

2. Proposta de Resolução nº 75/X/GOV – Aprova a decisão do Conselho, de 7 de Junho de 2007, relativa ao sistema de recursos próprios das Comunidades Europeias (decisão 2007/436/CE. EUROTOM)

A PPR 75/X/Gov foi distribuída ao GP-PS para nomeação de Relator. O senhor Presidente acrescentou ainda que, logo que o GP tivesse nomeado Relator, seria útil articular com a 5ª Comissão de Orçamento e Finanças, a quem a iniciativa havia sido igualmente distribuída, com vista à organização de audições para esclarecimento da matéria.

3. Relatório do Governo sobre o acompanhamento da participação de Portugal na União Europeia, relativo ao ano de 2007.

O Relatório foi distribuído ao GP-PS para nomeação de Relator.



**ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS**

4. Estratégia Política Anual da Comissão Europeia para 2009 – COM (2008) 72 Final

Este documento foi distribuído ao GP- PSD para nomeação de Relator.

5. Apresentação, apreciação e votação de Parecer da CAE elaborado no âmbito do processo de escrutínio das Iniciativas da Comissão Europeia

Iniciado o ponto cinco, a Senhora Deputada Maria de Lurdes Ruivo (PS) apresentou o parecer elaborado sobre a iniciativa da Comissão Europeia COM (2007) 466 – “Proposta de Decisão do Conselho que cria uma Rede Europeia das Migrações (SEC -2007- 1062) ”.

As conclusões foram aprovadas com a abstenção do PCP e os votos favor do PS, PSD e BE. O parecer foi aprovado por unanimidade. Encontravam-se ausentes os GP - CDS-PP e PEV.

A Senhora Deputada Isabel Vigia (PS) apresentou o parecer elaborado sobre a iniciativa da Comissão Europeia COM (2007) 375 – “Parecer sobre o Relatório de avaliação intercalar do programa «Erasmus Mundus» 2004-2008 da Comissão ao Conselho, ao Parlamento Europeu, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões”.

O parecer foi aprovado por unanimidade dos GP PS, PSD, PCP e BE, registando-se a ausência dos GP - CDS-PP e PEV.

A Senhora Deputada Isabel Vigia (PS) apresentou ainda o parecer sobre as iniciativas da Comissão Europeia COM (2007) 395 e SEC (2007) 949 e 950 – “Parecer sobre a Proposta de Decisão do Parlamento Europeu e do Conselho que estabelece um programa de acção para o esforço da qualidade do ensino superior e a promoção da compreensão intercultural, através da cooperação com países terceiros (Erasmus Mundus) 2009-2013”.

Também este parecer foi aprovado por unanimidade dos GP PS, PSD, PCP e BE, registando-se a ausência dos GP - CDS-PP e PEV.

6. Distribuição dos Relatórios/Pareceres das Comissões especializadas permanentes sobre o acompanhamento das iniciativas da Comissão Europeia.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

Iniciado o ponto 6, foram distribuídos os seguintes Relatórios/Pareceres das Comissões especializadas permanentes sobre o acompanhamento das iniciativas da Comissão Europeia:

Ao GP – PS:

- COM (2007) 837 e 838 FIN – “Proposta de Decisão do Conselho relativa aos testes da segunda geração de Sistemas de Informação Schengen (SIS II)” Deputado Relator na 1ª Comissão: Marques Júnior (PS)
- COM (2007) 456 FIN – “Proposta de Directiva do Parlamento Europeu e do Conselho que estabelece um quadro de acção comunitária no domínio da política para o meio marinho (Directiva - Quadro “Estratégia Marinha)” Deputado Relator na 7ª Comissão: José Manuel Ribeiro (PSD)
- COM (2008) 052 FIN – “Comunicação da Comissão ao PE, respeitante à posição comum do Conselho sobre a adopção de uma proposta de regulamento do Parlamento e do Conselho que estabelece o Instituto de Inovação e de Tecnologia”. Deputado Relator na 8ª Comissão: Bravo Nico (PS)
- COM (2008) 061 FIN – “Proposta de Decisão do Parlamento Europeu e do Conselho que altera a Decisão nº 1720/2006/CE que estabelece um programa de acção no domínio da aprendizagem ao longo da vida”. Deputado Relator na 8ª Comissão: Miguel Tiago (PCP)

Ao GP – PSD:

- COM (2008) 056 FIN – “Proposta de Decisão do Parlamento Europeu e do Conselho que altera a Decisão nº 1719/2006/CE que institui o Programa «Juventude em Acção» para o período de 2007 a 2013”. Deputado Relator na 8ª Comissão: José Paulo de Carvalho (CDS)
- COM (2007) 298 FIN – “Proposta de Directiva do Conselho Europeu que altera a Directiva 2003/109/CE de modo a alargar o seu âmbito de aplicação aos beneficiários de protecção internacional”. Deputada Relatora na 1ª Comissão: Celeste Correia (PS)

Ao GP – CDS-PP:

- COM (2007) 805 FIN – “Relatório da Comissão com base no artigo 6º da Decisão - Quadro do Conselho, de 24 de Fevereiro de 2005, relativa à perda de produtos, ins-



**ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS**

trumentos e bens relacionados com o crime (2005/212/JAI)” Deputado Relator na 1ª Comissão: Costa Amorim (PS)

Ao GP - BE

- SEC (2007) 833 – “Desenvolvimento do Sistema de Informação sobre Vistos - Relatório de acompanhamento 2006” Deputado Relator na 1ª Comissão: Marques Júnior (PS)

Ao GP- PEV

- COM (2007) 861 FIN – “Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho - que altera o Regulamento (CE) nº 460/2004, que cria a Agência Europeia para a Segurança das Redes e da Informação, no que respeita à duração da agência” Deputado Relator na 1ª Comissão: Marques Júnior (PS)

7. Apreciação e votação do Relatório da Audiência sobre o projecto “Navio do Desafio Europeu”

O Senhor Presidente apresentou brevemente o relatório da audiência concedida ao Sr. Dinis Nazaré, que pretende transformar o navio Gil Eanes numa embaixada flutuante. As conclusões do relatório, no sentido do projecto ser enviado ao membro do governo competente, foi aprovado por unanimidade dos GP- PS, PSD, PCP e BE, registando-se a ausência dos GP - CDS-PP e PEV.

8. Distribuição de Actas

Foram distribuídas as actas números 12 a 26.

A reunião foi encerrada às 19:25 horas, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 07 Maio 2008.

O PRESIDENTE

(VITALINO CANAS)